

**RACISMO, EDUCAÇÃO SUPERIOR E FORMAÇÃO ANTIRRACISTA: o caso do curso de pedagogia da universidade estadual de campinas.****RACISM, HIGHER EDUCATION AND ANTI-RACISM TRAINING: the case of the pedagogy course of the University of Campinas.**Beatriz Regina Barbosa - UNICAMP<sup>1</sup>**RESUMO**

Este artigo pretende contribuir com ponderações e preocupações relacionadas a um conceito antirracista na formação inicial de professores do curso de Educação da UNICAMP, de forma a compreender como as questões raciais são tratadas e conduzidas pelos documentos oficiais apresentados por esta renomada instituição. Serão tratados também alguns elementos abordados na disciplina Seminário de Pesquisas em História da África, que é um tipo de pesquisa qualitativa, consistindo na intervenção com alunos de graduação do curso de Educação da UNICAMP e análise sobre os documentos oficiais disponíveis.

**Palavras-chave:** Formação inicial; ensino superior; educação antirracismo.

**ABSTRACT**

This article aims to contribute with ponderations and related concerns to an anti racist concept in the initial formation of teachers of the course of Education of UNICAMP, in a way of understanding how the racial matters are treated and conducted by the official documents presented by this renowned institution. Also, will be treated some elements addressed in the subject class Seminary of Researches in History of África, that is a qualitative type of research, consisting in the intervention with graduation students from the course of Education of UNICAMP and analysis over the official documents available.

**Keywords:** Initial formation of teachers; Superior Education; antiracist concept.

**DOI:** 10.21920/recei7201739387397

<http://dx.doi.org/10.21920/recei7201739387397>

---

<sup>1</sup>Universidade Estadual de Campinas. E-mail: [beatrizr.barbosa@yahoo.com.br](mailto:beatrizr.barbosa@yahoo.com.br)

*Até agora, este tipo de discussão só aconteceu fora da sala, ou dentro da sala de aula por nossa iniciativa, e é aquele sentimento que você sente que tem gente olhando para você... “Vamos tocar a aula? Você está atrapalhando!” Tanto que na maioria das vezes eu acabo evitando falar por que eu acho extremamente cansativo e eu acabo ficando ferida... mas na maioria das vezes é fora da sala de aula. Você se reconhece pouquíssimo. É complicado...  
Ayana, estudante do segundo ano de Pedagogia Integral.*

## INTRODUÇÃO<sup>2</sup>

Este artigo tem como principal objetivo a reflexão sobre a formação inicial de professores (as) na Universidade Estadual de Campinas no que tange à (não) existência de uma formação antirracista no currículo oficial do Curso de Pedagogia, com base nos materiais oficiais da Universidade em especial da Faculdade de Educação; neste sentido é necessário explicitarmos que consideramos a Lei 10639/2003 uma importante conquista do movimento negro e outros movimentos sociais para a garantia de uma educação antirracista.

Concordando com o artigo de Eliane Cavalleiro (2001) Educação anti-racista: compromisso indispensável para um mundo melhor, destacamos características de uma educação antirracista elencadas por ela: reconhece a existência do racismo e reflete permanentemente sobre ele; repudia qualquer atitude preconceituosa e discriminatória no espaço escolar e preza para as que relações entre os sujeitos presentes neste espaço sejam respeitadas; não despreza a diversidade no ambiente escolar, contempla a diversidade racial e age de modo a fortalecer o autoconceito de estudantes pertencentes a grupos discriminados.

É necessário sublinhar que a luta do movimento Negro por uma educação antirracista não é recente e, como nos apontam Monteiro (2010) e Cardoso (2014), a reivindicação pela inclusão do ensino de história da África e da Cultura afro-brasileira nas escolas já havia acontecido por meio de algumas iniciativas, como a Lei apresentada pelo então deputado Abdias do Nascimento, em 1983, o projeto de Paulo Paim, em 1988, de deputada Benedita da Silva, em 1988, 1993 e 1995, do deputado Humberto Costa, em 1995. Todas as propostas de Lei citadas acima não foram aprovadas, entretanto foram de extrema importância para que esta discussão fosse feita no espaço do Congresso e certamente contribuíram para a aprovação da Lei 10.639/2003, que foi alterada pela Lei 11.645/2008 que dispõe sobre o estudo de história e cultura afro-brasileira e indígena, nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio, públicos e privados.

A homologação da Lei nº 10.639, em 2003, que institui o ensino de História da África e cultura africana e afro-brasileira nos currículos da educação básica favoreceu o debate sobre as questões étnico-raciais dentro e fora dos espaços educativos; contudo, apesar de se constituir atualmente em política de estado, percebemos que estas questões enfrentam resistências em todas as etapas da educação, desde a Educação Infantil até a formação superior. Focaremos este

---

<sup>2</sup>Este artigo é resultado de pesquisa de caráter qualitativo, que se pautava na intervenção com estudantes de graduação - Pedagogia da Universidade Estadual de Campinas e de análises de documentos oficiais. Nele nos ateremos às análises documentais, buscando contribuir com ponderações e problematizações relacionadas à formação antirracista na formação inicial de professoras e professores no curso de Pedagogia da Unicamp, de modo a compreendermos como as questões raciais são tratadas através de seus documentos oficiais pela instituição, neste caso a Faculdade de Educação. Traremos também alguns elementos presentes na disciplina Seminário de Pesquisas em História da África.

estudo na formação inicial de professoras e professores, reconhecendo a importância social e histórica que representa (GONÇALVES, 2012).

Segundo a lei do Conselho Nacional de Educação:

Em 9 de janeiro de 2003 o Conselho Nacional de Educação (CNE) outorgou a Lei n.º. 10.639, que altera a Lei n.º. 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, a fim de incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática História e Cultura Afro-Brasileira. A Lei estabelece o estudo da história da África e dos africanos, a luta dos negros no Brasil, a cultura negra brasileira e o negro na formação da sociedade nacional, resgatando a contribuição do povo negro nas áreas sociais, econômicas e políticas pertinentes à História do Brasil e, tornando-o obrigatório no currículo escolar da educação básica. (BRASIL, 2003).

A lei gera, em alguns estudiosos (as) como Laureno (2008), certa preocupação, uma vez que se pode continuar a propagar uma visão estereotipada (muitas vezes negativa), informações distorcidas do continente africano e da História dos negros e negras no Brasil, cultivando assim a ideia de inferioridade de alguns grupos e /ou simplesmente encarando como uma lei que necessite ser colocada em prática sem formação e reflexão da prática docente.

Contudo, essa lei também gera otimismo, pois para acadêmicos como Waldman (2009), ela é um bom começo para pensarmos as questões e relações étnico-raciais, repensarmos e questionarmos a ideia de uma história única e neutra, como bem exposto no vídeo chamado “O perigo da História única” em que Chimamanda Adichie fala sobre como é prejudicial termos acesso a apenas uma única versão da história, aquela contada somente por um viés, o viés do colonizador.

Faz-se necessário entendermos a escola como um espaço que também tem a função de contribuir no processo de construção de alteridade e de sensibilização para temas diversos, neste caso as questões étnico-raciais. Segundo o autor, “O país não pode mais aceitar a repetição desta realidade e deve atirar-se de corpo e alma para mudar tudo isto. Em resumo o decreto n.º10.639 constitui um bom passo para os direitos humanos dentro da escola”. (WALDMAN, 2009, p. 3).

Estudos como o de Gomes (2001), Munanga (2000), Soligo (1996), Cavalleiro (2000) evidenciam as dificuldades de jovens e crianças negras aceitarem-se e se identificarem como pertencentes a este grupo social, uma vez que na maioria das vezes a cultura afro-brasileira é marginalizada e inferiorizada; ser negro, a partir das representações que em geral circulam na cultura em geral e na escola, carrega os signos do que é ruim, feio, do que não tem valor. Segundo Fanon (1969) no inconsciente coletivo o negro corresponde ao feio, ao pecado, às trevas e à imoralidade.

Partimos da perspectiva de que a escola, os espaços educativos, são espaços multifacetados e reivindicamos que eles tenham como um de seus principais objetivos a desconstrução desta visão que violenta crianças/estudantes negras e negros, contribuindo para a autoimagem negativa construída desde a mais tenra idade, que se coloque na contramão de uma sociedade que hierarquiza humanidades, potencialidades, sonhos. Como afirmam Gonzales e Hasenbalg (1982):

Com relação ao racismo, além dos efeitos das práticas discriminatórias, uma organização social racista também limita a motivação e o nível de aspirações do negro. Quando são considerados os mecanismos sociais que obstruem a mobilidade social ascendente do negro, às práticas discriminatórias dos brancos devem ser acrescentados os efeitos derivados da internalização pela maioria da população negra de uma autoimagem desfavorável. Esta visão negativa do negro começa a ser transmitida nos textos escolares e está presente numa estética racista veiculada permanentemente pelos meios de comunicação de massa, além de estar incorporada num conjunto de estereótipos e representações populares. Desta forma, as práticas discriminatórias, a tendência a evitar situações discriminatórias e a violência simbólica exercida contra o negro reforçam-se mutuamente de maneira a regular as aspirações do negro de acordo com o que o grupo racial dominante impõe e define como os “lugares apropriados” para pessoas de cor. (p. 91)

Neste sentido a escola não pode silenciar frente ao debate sobre relações étnico-raciais e nem ocultar situações e corpos que os colocam em evidência. O silenciamento, a ocultação, constituem violência e contribuem para a perpetuação do racismo (CAVALLEIRO, 2000; FEITOSA, 2012).

## MÉTODO

Esta pesquisa, de caráter qualitativo e exploratório, foi composta por uma análise de documentos oficiais da Faculdade de Educação: os cadernos de Informação do Curso Pedagogia e o Projeto Político Pedagógico do curso, uma vez que eles trazem informações sobre os objetivos da formação, o perfil do formado, a organização curricular, as disciplinas obrigatórias do curso e as ementas de cada disciplina, bem como das informações sobre o Curso no site da COMVEST (Comissão Permanente para os Vestibulares da Unicamp).

Nesse conjunto de documentos, buscou-se identificar, por meio de análise temática, os elementos que evidenciem, de forma direta ou indireta, a preocupação e os conteúdos relativos a uma educação anti-racista.

Utilizamos, assim como Ivanilda Amado Cardoso (2014) realizou em sua pesquisa, a procura de palavras-chaves referentes às questões étnico-raciais no PPP e pesquisamos as palavras: racismo, diversidade, “raça”, África, negritude, preconceito, étnico-raciais, desigualdade, negros.

De forma diferenciada, relatamos também a experiência com a única disciplina do currículo - de caráter eletivo - que trata explicitamente das questões raciais: Seminário de Pesquisas em História da África.

## DISCUSSÃO

O curso de pedagogia é oferecido em dois períodos, integral e noturno; o primeiro é organizado em oito semestres, o segundo em 10 semestres, porém a grade curricular é a mesma para os dois períodos. A pedagoga e o pedagogo formados pela Faculdade de Educação Unicamp possuem habilitação para atuar no magistério em instituições escolares (educação infantil, anos iniciais do ensino fundamental, ensino médio, educação especial), em instituições não escolares

e não formais na administração, planejamento e supervisão, orientação educacional, assessoria, coordenação pedagógica e educacional no âmbito escolar e de sistemas de educacionais; segundo o site da COMVEST, ele objetiva:

A proposta do curso de graduação em Pedagogia da Unicamp, oferecido pela Faculdade de Educação (FE), nos períodos integral e noturno, é proporcionar a formação necessária para intervir nas realidades do ensino, seja no sistema escolar formal ou em outros meios educativos. O objetivo é oferecer ao aluno sólida formação teórico-prática que lhe permita atuar na sociedade por meio da educação, quer seja nos espaços escolares - na dimensão da sala de aula, da gestão escolar e de sistemas educativos, quer seja nas demais áreas que requisitam o trabalho do pedagogo, como os espaços de educação não formal. O currículo de Pedagogia é constituído por: disciplinas da área de humanas, que representam campos de conhecimento necessários à construção das teorias pedagógicas - filosofia, psicologia, sociologia, história, antropologia, linguagem; disciplinas que tratam da produção do conhecimento nas áreas do currículo escolar- português, matemática, geografia, história, ciências; disciplinas que situam a atuação do pedagogo no contexto da legislação e das políticas educativas; disciplinas que atendem ao planejamento e gestão escolar; e de muitas atividades práticas complementares. Não é assegurado ao aluno cursar disciplinas fora do período de ingresso.

#### Pesquisas e estágios

O aluno tem à disposição, várias alternativas para se inserir no universo da investigação. Pode desenvolver pesquisa individual orientado pelos docentes da Faculdade de Educação, a partir do interesse demonstrado por alguma área específica do curso. O Trabalho de Conclusão de Curso é uma monografia e possibilita uma rica oportunidade de se envolver com o fascinante campo da investigação científica. Existem também as disciplinas de prática de ensino e estágio supervisionado, cujas atividades práticas se desenvolvem em campos de estágio, especialmente nas escolas, dentro e fora do período de estudos na FE. Vale ressaltar que o estudante dos dois cursos de Pedagogia (integral e noturno) deve ter disponibilidade para a realização do estágio no período diurno (em horário extra-aula), preferencialmente em instituições públicas.

#### A docência, base para uma atuação cada vez mais ampla

O pedagogo tem um campo de atuação cada vez maior na área educacional, com o reconhecimento de que a atuação do profissional na escola não está restrita à sala de aula, mas se amplia no trabalho, por exemplo, de planejamento, gestão, execução e avaliação de projetos. Nos últimos anos é possível observar o crescimento de oportunidades para o trabalho do pedagogo para além da escola, em várias outras instituições sociais.

A grade curricular apresenta 49 disciplinas obrigatórias (Quadro 1), entre elas disciplinas de fundamentos teóricos, de conhecimentos específicos do currículo escolar, de metodologias e de estágios. A oferta de disciplinas eletivas muda semestralmente conforme a disponibilidade dos e das docentes. Para obter o certificado de conclusão do curso é necessário cursar todas as disciplinas obrigatórias, um dos seminários eletivos oferecidos pela FE-Unicamp e cumprir 12 créditos de eletivas na Faculdade (ao todo são 109 disciplinas eletivas oferecidas pela faculdade) ou em qualquer Faculdade ou Instituto da universidade.

Quadro 1. Disciplinas obrigatórias do Curso de Pedagogia - Unicamp

<b>Código</b>	<b>Nome</b>
EP107	Introdução à Pedagogia - Organização do Trabalho Pedagógico
EP130	Filosofia da Educação I
EP110	História da Educação I
EP140	Sociologia Geral
EP142	Educação e Antropologia cultural
EP316	Pesquisa e Prática Pedag. II
EP315	Pesquisa e Prática Pedag. I
EP230	Filosofia da Educação II
EP128	Psicologia I
EP210	História da Educação II
EP340	Sociologia da Educação I
EP347	Educação, Cultura e Linguagens
EP129	Psicologia II
EP165	Política Educação: Organização da Educação Brasileira
EP152	Didática -Teoria Pedagógica
EP412	História da Educação III
EP330	Filosofia da Educação III
EP317	Pesquisa e Prática Pedag. III
EP153	Metodologia do Ensino Fundamental
EP226	Psicologia e Educação
EP445	Sociologia da Educação II
EP164	Organização do Trabalho Pedagógico e Gestão Escolar
EP158	Educação, Corpo e Arte
EP566	Seminário de Integração Curricular I
EP471	Escola, Alfabetização e Cultura a escrita
EP473	Escola e Cultura Matemática
EP472	Escola e Conhecimento de Hist. E Geog.
EP474	Escola e Conhecimento Ciências Naturais
EP376	Prática de Ensino e Estágio Supervisionado nos anos iniciais do EF
EP910	Estágio Sup. I - Gestão Escolar
EP790	Políticas da Ed. Infantil
EP144	Metodologia da Pesquisa em Ciências da Educação
EP372	Avaliação Educacional
EP567	Seminário de Integração Curricular II
EP377	Planejamento Educacional e Estágio Supervisionado Gestão escolar
EP911	Estágio Supervisionado II - Anos iniciais do EF
EP139	Pedagogia da Ed. Infantil
EP348	Educação Especial e inclusão
EP162	Escola e Currículo
EP146	Educação e Tecnologias
EP912	Estágio Supervisionado III - Educação Infantil
EP808	Trabalho de Conclusão de Curso I
EP147	Prát. Curriculares
EP887	Educação não formal
EP529	Educação de surdos e Língua de sinais
EP913	Estágio Sup. IV - Educação Infantil

EP914	Estágio Sup. V - Educação não formal
EP568	Seminário de Integração Curricular III
EP809	Trabalho de Conclusão de Curso II

Ao analisarmos o Projeto Político Pedagógico e a organização Curricular do Curso de Pedagogia, podemos identificar alguns indicadores importantes:

- Curso de Pedagogia no Brasil: História e Identidade (tem como subitens: Surgimento do Curso de Pedagogia no Contexto Nacional; As Faculdades de Educação como lócus na formação do pedagogo; O movimento dos Educadores nos debates para a definição do curso; O reflexo das discussões do Movimento dos Educadores na IES; As legislações que regulamentam a formação do pedagogo: duas legislações, duas concepções?);
- As Diretrizes Curriculares para o curso de Pedagogia e as demandas para o atual currículo;
- O Curso de Pedagogia da Unicamp;
- Proposta curricular do curso de Pedagogia (os subitens são: Perfil do profissional; Integralização e Conhecimentos teóricos e práticos e compromissos esperados para o profissional pedagogo.);
- Disciplinas e Grade curricular.

Dentre esse conjunto de fontes, apontamos alguns elementos para análise.

No item Conhecimentos Teóricos e Práticos e compromissos esperados para o profissional pedagogo destacamos:

e) equacionar os fundamentos das políticas públicas, em especial no campo educacional e, a partir deles, intervir nas diferentes instâncias - em nível dos sistemas municipal, estadual e federal - em condições de propor/ alterar/ contrapor políticas educacionais, pedagógicas e curriculares que busquem a eliminação da discriminação e a seletividade que hoje impedem o acesso e os direitos à educação;

j) assumir o compromisso de transformar a educação e as condições sociais nas quais ela se dá, tendo como norte a transformação da sociedade.

Outro item presente no documento traz um dos pontos discutidos com referência a discussões sobre a base comum nacional.

b) a dimensão política que aponta para a necessidade de os profissionais do ensino estarem capacitados para repensar e recriar a relação teoria prática, entender as relações educação-sociedade e o seu papel na sociedade, “comprometidos com a superação das desigualdades”

Com relação às palavras-índice da pesquisa - “raça”, racismo, negritude, preconceito, étnico-raciais -, no entanto, não as encontramos explicitadas nos documentos, apenas a menção global às desigualdades.

Não há, entre o rol de disciplinas elencadas, uma especificamente voltada ao ensino de História da África, cultura africana e afro-brasileira e africanidades. Encontramos apenas entre as eletivas o Seminário de Pesquisas em História da África, que se constitui em disciplina de 2 horas semanais - esse será objeto de análise deste artigo.

No que diz respeito às palavras diversidade e África, negros, destacamos a disciplina obrigatória EP142 Educação e Antropologia cultural:

**EP142 Educação e Antropologia Cultural**

**Ementa:** O objetivo geral da disciplina é o diálogo entre antropologia e educação, buscando compreender uma possível cultura da infância e da família, as formas de construção dos modos de viver humanos e sua realidade enquanto processo e enquanto valor, que se revelam nas instituições básicas da vida social. Em discussão formas alternativas de culturas paralelas, diversidade e multiculturalidade, que permeiam diferentes espaços tais como: a escola, o trabalho, o lazer e outros.

Consideramos importante introduzir o relato de alguns estudantes, entre os quais me encontro que informam que essa disciplina foi uma das que, para além de apresentar alguns clássicos da antropologia, como por exemplo, Lévi-Strauss - em especial com o texto “Raça e História”, nela também foi possível realizar um debate sobre as cotas raciais, utilizando o texto Fundamentos Antropológicos e Histórico-Jurídicos das Políticas de Universalização e de diversidade nos Sistemas Educacionais no Mundo Contemporâneo, debate este que não é possível de serem realizados de maneira qualificada sem pensarmos os conceitos de raça, história do Brasil e história, importante elementos para um posicionamento lúcido e coerente.

Existem também disciplinas eletivas, entre as quais destaco “Ética e diversidade” e o Seminário de Pesquisas em História da África. É nesta última que encontramos referências diretas às questões do racismo e das africanidades, como se observa em sua ementa:

**EP812 – Seminário de Pesquisas em História da África**

Dimensão histórica da escravidão. Aspectos da história dos negros na África e contextos da escravidão no Brasil. Reflexos nas condições materiais e simbólicas de existência do negro na atualidade e em sua inserção nos contextos educativos.

Destaco neste texto ao Seminário de Pesquisas em História da África, por tê-la cursado mais de uma vez – como aluna e como monitora – e por ser essa a única disciplina da Faculdade de Educação que se propõe a trabalhar de modo a explicar em sua ementa a preocupação com as questões raciais no Brasil, pensando como estas interferem no contexto educacional e a História da África.

Ao cursá-la foi possível perceber a preocupação da docente, que é uma pesquisadora das relações étnico-raciais e do racismo, entretanto não é uma especialista em História da África, como é o caso da docente que ministra disciplina de História da África no Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.

Seu envolvimento com a temática traz a reflexão sobre a condição de não ser uma especialista em história da África e, para além disso, da compreensão de seu papel social como mulher branca, que entende a importância do combate ao racismo por todos os sujeitos independente do pertencimento étnico-racial pois, como é trazido no CNE/ CP 3/2004 “o racismo imprime marcas negativas na subjetividade dos negros e também na dos que os discriminam”; sendo assim, ela tem ciência da importância do debate colocado pelo movimento negro sobre a questão do protagonismo negro, ou seja, de negras e negros poderem falar sobre si e sobre todos os assuntos que lhes dizem respeito, e que certamente não são somente questões relacionadas ao racismo, mas todas as questões sociais que inclusive estão interseccionadas com as questões étnico-raciais; por essa razão, ela convida historiadores e historiadoras negras, mestrandas/doutorandas negras que fazem pesquisa na área, professoras e professoras da

educação básica negros.

Neste sentido a docente, que criou a disciplina no Curso de Pedagogia, uma vez que compreende e defende a importância da discussão com relação às estas questões na Faculdade de Educação, ministra as aulas da disciplina desde que ela foi incorporada à grade como “eletória”, não apenas por tê-la originalmente proposto, mas porque embora muitos docentes reconheçam a importância desse componente na formação em Pedagogia, não sentem-se em condições em ministrar uma disciplina que se distancia de sua formação e linha de pesquisa. Esse desconforto tem sido evidenciado nos espaços de avaliação de curso (que acontecem semestralmente), quando os professores são questionados por estudantes sobre a ausência/ pouca presença de conteúdos relacionados a questões étnico-raciais no curso e nas disciplinas.

Outro elemento importante é que, como parte do processo avaliativo, a docente convidamos a realizar planos de aula sobre um dos capítulos da Coleção História da África. Os planos são desenvolvidos em grupo e apresentados sala de aula o conjunto dos colegas da turma, o que nos possibilita pensar as formas de linguagem, bem como que pesquisemos fora do espaço de aula sobre os conteúdos. Isto é de extrema importância para pensarmos e exercitarmos práticas pedagógicas e ir para além da teoria; essa tem sido uma tentativa bem-sucedida, na direção de diminuir a dicotomia entre teoria e prática e de superar visões cartesianas do modo como o trabalho pedagógico tem se dado, nos espaços escolares, nas diferentes etapas educacionais com maior ou menor intensidade.

É importante salientar que a docente considera essencial que a bibliografia da disciplina seja composta majoritariamente por autores e autoras negras e o trabalho com a coleção História da África feita pela UNESCO. Coleção esta que conta com estudiosos africanos, sendo então possível ter acesso às produções destes estudiosos, o que nos permite realizar uma leitura de textos que são produzidos por pessoas que tenham vivências de negritude, que ao falar da história de seus países, das civilizações africanas, também contam um pouco da história de seu continente e de sua própria história.

Apenas o Seminário de Pesquisas em História da África, portanto, assume integralmente o espírito da Lei 10.639, na medida em que garante a presença e autores negros e trabalha com textos que discutem as questões relativas ao racismo e relações étnico-raciais.

## CONCLUSÕES

Ao final da pesquisa, percebemos que as discussões sobre a temática étnico-racial são pouco presentes no curso de Pedagogia da Unicamp, resultando em uma formação majoritariamente eurocêntrica, que não garante uma formação antirracista em seu currículo, demonstrando assim uma hierarquização de conhecimentos e prioridades na formação dos(as) estudantes. Os dados também apontam para a necessidade da construção de ações afirmativas que garantam equidade epistemológica, bem como propicie uma educação das relações étnico-raciais na perspectiva antirracista no Ensino Superior.

Neste sentido, é imperioso que os Projetos Pedagógicos contemplem as relações étnico-raciais e que tragam a história da África, uma vez que a sua compreensão também nos ajuda a compreender a história do Brasil, ainda mais ela sendo o berço da humanidade assim como afirmam pesquisas científicas.

Os Projetos Pedagógicos precisam assumir não apenas a existência das desigualdades, mas nomeá-las e assumir a Educação antirracista. A diversidade de autores, a presença de autores africanos e africanistas, configura-se como forma de combate aos estereótipos racistas produzidos ao longo da produção do conhecimento Ocidental, marcada pela divulgação e ensino de uma história única, a história do colonizador.

Pois bem, a ausência e superficialidade de diálogos e debates acerca destas questões em

todas as áreas do conhecimento e disciplinas, em especial nos cursos de formação de professoras e professores é no mínimo preocupante. Elucidado que esta afirmação não deseja hierarquizar as áreas do conhecimento, mas denunciar a hierarquização já existente e o silenciamento destas questões por parte do meio acadêmico. Não cumprir as leis 10.639/2003 e 11645/ 2008 é descumprir a LDB, é negar outras perspectivas, histórias e epistemologias.

## REFERÊNCIAS

BARBOSA, Beatriz Regina. Quem pratica África?: Lei 10.639/2003 e curso de Pedagogia da Universidade Estadual de Campinas. Trabalho de Conclusão de Curso, 2016.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Conselho Pleno. Parecer CNE/CP n. 3/2004. **Diretrizes Curriculares para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana**. Brasília: Ministério da Educação, 2004. Disponível em: <[www.mec.gov.br/cne](http://www.mec.gov.br/cne)>. Acesso em: 21 de julho de 2016.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. Resolução CNE/CP nº 1 de 17 de junho de 2004. Institui **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico/Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana**. Brasília: MEC, 2004.

BRASIL. **Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003**. Inclui na LDB a obrigatoriedade do de inclusão da História da África no currículo oficial da Rede de Ensino. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/2003/L10639.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/L10639.htm). Acessado em 20 de julho de 2016.

CAVALLEIRO, Eliane. **Educação anti-racista**: compromisso indispensável para um mundo melhor. In: Racismo e Anti-racismo na educação: repensando a escola. São Paulo: Selo Negro, 2001. p.141-160.

CARDOSO, Ivanilda Amado. **A formação de professoras/es para a educação das relações étnico-raciais**: Limites e possibilidades no curso da Unesp de Marília(1963-2011). Trabalho de Conclusão de Curso, 2014.

FEITOSA, Caroline Felipe Jango. **Aqui tem racismo!**: um estudo das representações sociais e das identidades das crianças negras. Repositório de produção científica e intelectual da UNICAMP, 2012.

GONÇALVES, Luciane Ribeiro Dias. Cultura, Educação e Lei 10.639/03: discussões, tendências e desafios. **Horizontes**, v. 30, n. 1, p. 17-23, jan./jun.2012

GONZALEZ, Lélia; HASENBALG, Carlos Alfredo. **Lugar de negro**. Editora Marco Zero, 1982.

LAUREANO, Marisa Antunes. **O ensino de História da África**. In: Ciências & Letras, Porto Alegre, n. 44, p. 333-349, jul./dez. 2008

BARBOSA, B. R. Racismo, educação superior e formação antirracista: o caso do curso de pedagogia da Universidade de Campinas. **Revista Eletrônica Científica Ensino Interdisciplinar - RECEI**. Mossoró, v.3, n.9, 2017.

**MONTEIRO, R.B. A educação para as relações étnico-raciais em um curso de pedagogia: estudo de caso sobre a implementação da Resolução CNE/CP 01/2004.** 2010, 267f Tese (Doutorado em Educação) Universidade Federal de São Carlos, São Carlos- SP.

**SOLIGO, Ângela F. Crianças negras e professoras brancas - um estudo de atitudes.** Dissertação (Mestrado). Instituto de psicologia - Pontifícia Universidade Católica de Campinas, 1996.

**Submetido em:** 30 de janeiro de 2017.

**Aprovado em:** 16 de maio de 2017.